

# TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA E COMUNIDADES INFORMAÇÕES GERAIS

# **APRESENTAÇÃO**

O curso de pós-graduação em Trabalho Social com Família e Comunidades oferecer bases teóricas e metodológicas para o efetivo estudo dos trabalhos sociais com famílias e comunidades além, de analisar e compreender a família numa análise de totalidade, família e sociedade. Os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área bem como os fatores externos e internos associados ao Trabalho Social com Família e Comunidades.

#### **OBJETIVO**

Promover a formação de especialistas capazes de transmitir informações atualizadas, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país, propiciando a formação, em nível de Especialização, profissionais para a atuação na análise, avaliação e formulação (e/ou elaboração de projetos) de Trabalho Social com Família e Comunidades.

#### **METODOLOGIA**

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

# **APRESENTAÇÃO**

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

#### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

# REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

#### **PERIÓDICOS**

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4508	Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral Às Famílias	60
4000	Gestad add Gel vigos de l'Totogad e Atenamiento integral As l'annias	00

# **APRESENTAÇÃO**

A disciplina de Serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica, abordada em diversos cursos, destinado principalmente à formação, especialização e atualização de profissionais ligados à Assistência Social, Serviço Social e outros, bem como, professores e estudantes universitários vinculados a estas áreas. O curso pretende traçar as linhas básicas da Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; da Assistência Social, dos Serviços Socioassistenciais; da proteção Social; da Proteção Social Especial (PSE); dos Serviços de média e alta complexidade; das tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; do PAIF; das seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; da Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93; da PNAS e da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da descentralização Político-Adiministrativa e da Participação Popular na Formulação das Políticas; do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); do NOB/SUAS, das Portarias, das Instruções Normativas e Operacionais, dos Editais; das Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS e da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS.

## **OBJETIVO GERAL**

Especializar em serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar os aspectos dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica; Conceituar a complexidade da relação entre os serviços de média complexidade, de alta complexidade e suas tipificação; Relacionar os estudos acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93, sua regulamentação e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais, a Proteção Básica e a Proteção Social Especial às Famílias; Proteção Social; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais e a Proteção Social Especial (PSE); Serviços de média complexidade: Servicos de alta complexidade: Tipificação dos servicos socioassistenciais de atenção às famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; Acolhida; Quais as diretrizes metodológicas para o Trabalho Social com Famílias do PAIF; Em quais situações haverá a suspensão ou bloqueio do repasse do piso básico fixo; Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93: Regulamentação; Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); A Descentralização Político-Adiministrativa e a Participação Popular Na Formulação das Políticas; O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); NOB/SUAS, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais; Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de Novembro de 2010; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 06 de 29 de Outubro de 2010; Instrução Operacional Conjunta Nº 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de Abril de 2011; Calendário de condicionalidades do exercício de 2011; Calendário de acompanhamento de educação; Calendário de acompanhamento de saúde; Calendário de acompanhamento de assistência social; Calendário de repercussões e orientações.

## REFERÊNCIA BÁSICA

BARROCO, M.L.S. O novo código de ética do assistente social. Serviço Social e Sociedade nº 41, ano XIV. Cortez:
São Paulo, 2013. BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de
2009. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2017 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Serviço de proteção e atendimento
integral a família- PAIF segundo a tipificação dos serviços Nacional de serviços socioassistenciais, Brasília: MDS
Volume I Ministério do Desenvolvimento Social. Programas e orientações do MDS para a Assistência Social
(2008). Disponível em: . Acesso em: 11 maio. 2018 Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS
Anotada/2009. Disponível em: . Acesso em: 12 maio. 2018. COSTA, Newvone Ferreira; SOARES, Mauricio Caetano
Matias. O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os desafios Contemporâneos. (Org.) UNISUAM. Rio de Janeiro,
2014. MADEIRA, Zelma. Metodologia do Trabalho Social com famílias: um olhar das famílias em movimento. Brasília:
2013. MARTINELLI, M. L; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos
em servico social. Servico Social e Sociedade nº45, ano XV. Cortez: São Paulo, 2014.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de
Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-
modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço
Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara
Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:
2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011 Instrução Operacional Conjunta n. 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília,
15 de abril de 2011. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018 Guia de políticas e programas. Brasília, MDS,
2008 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica - SUAS n. 01 -
Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005 Como implantar. Serviço Especializado para
Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018 Comunidades quilombolas (2011).
Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018 Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05
de outubro de 1988 Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social
Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC,
2009 MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho
Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010 Ministério da Assistência Social. Plano Nacional de Atendimento
Integral à Família - PAIF. Brasília: 2003 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma
Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.
Brasília, julho de 2005 Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre
o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços
socioassistenciais. Vol. 1. Brasília: 2012.

# **PERIÓDICOS**

POTYARA, Amazoneida Pereira. Assistência Social e Democracia no Brasil Contemporâneo. ARTIGO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.

# **APRESENTAÇÃO**

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

#### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

# **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI № 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL

DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

## REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. \_\_\_\_\_\_. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

## **PERIÓDICOS**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. № 1.

4507 Serviços Socioassistenciais de Atenção Às Famílias na Proteção Social Básica 60

# **APRESENTAÇÃO**

Este Módulo reúne os tópicos da disciplina Gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias, em que se pretende traçar as linhas básicas da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação dos territórios quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; A política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

# **OBJETIVO GERAL**

Especializar em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar os aspectos da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Conceituar a complexidade das ações das oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV, oficinas de esporte, lazer, arte e

cultura, equipes de referência, unidades executoras e fluxo de encaminhamentos de usuários; Relacionar os estudos acerca dos grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Proteção e atendimento integral à família (PAIF); Os serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A cartilha PAIF 2016 - articulação necessária na proteção social básica; A gestão territorial no processo de articulação entre os servicos; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Oficinas de esporte, lazer, arte e cultura (SCFV); Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; O PAIF e o trabalho com grupos no território; Um diálogo com a intervenção psicossocial; A pesquisa-ação e o grupo operativo; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; Os formulários do cadastro único e o preenchimento do formulário do PAIF; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação de origem quilombola; A identificação dos territórios quilombolas; O cadastramento das famílias quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; O cadastramento das famílias indígenas; Identificação de famílias de grupos específicos no cadastro único; Política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

## REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, 2009. BRASIL. Desenvolvimento Social. Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010.

# REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. BRASIL. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

# **PERIÓDICOS**

BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

A Assistência Social, a Educação Popular e Moradores em Situação de Rua 30

# **APRESENTAÇÃO**

Conceito de pobreza; Histórico e perspectivas; princípios orientadores e conceituais; seguridade social, abrangência dos direitos; gestão, financiamento e controle social; análise das políticas setoriais: trabalho e previdência; assistência social; saúde; criança e adolescente; gestão urbana.

#### **OBJETIVO GERAL**

Definir a pobreza como a falta de capacidades humanas básicas, refletidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias para satisfazer necessidades básicas (saneamento básico, água potável, energia, comunicações, ou seja, acesso a bens e serviços de uso coletivos), mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania.

# **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Apreender as várias dimensões da pobreza, considerando as especificidades históricas, econômicas, sociais e culturais demanda um grande esforço investigativo; Identificar as populações pobres; Saber as principais fontes de informações sobre as condições de vida da população brasileira, abrangendo temas como demografia e aspectos sociais, habitação, educação, trabalho e rendimento.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITO DE POBREZA POBREZA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES A RENDA COMO CRITÉRIO ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL AS MEDIDAS DAS NAÇÕES UNIDAS (IDH E IPH) PRINCIPAIS FONTES DE DADOS SEGURIDADE SOCIAL, ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRINCÍPIOS INFORMADORES HÁ IGUALDADE NA DESIGUALDADE? ABRANGÊNCIA E LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

#### REFERÊNCIA BÁSICA

DISPONÍVEL AMADO. Frederico Augusto Di Trindade. Α seguridade social no Brasil. ΕM www.editoraiuspodivm.com.br/.../Pages%20from%20Direito%20Previde...? AUGUSTO. Maria Helena POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: algumas questões para reflexão e debate In: Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1) ARTIGO. PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas In: Sur, Rev. int. direitos human. vol.4 no.6 São Paulo, 2007.

# REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre oassociativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2004.GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Assistência Social.Diagnostico da população de Governador Valadares em situação de rua. CAETANO, Cristina Salles; FERNANDES, Simone Maria; COSTA, Zilá RaquelPereira. Governador Valadares, dez. de 2016. HALL, Stuart. Identidade cultural na pósmodernidade. Rio de Janeiro: DP&A,2004. MACHADO, Thayse. População em situação de rua e sociedade: Uma relaçãomarcada por preconceito e estigma. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. MARX, Karl. O capital. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: CivilizaçãoBrasileira, 1988

#### **PERIÓDICOS**

OLIVEIRA, Régis Borges de. CONCEITOS E PRINCIPAIS MÉTODOS EXISTENTES PARA MENSURAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Disponível em: www.iica.int/.../brasil/.../Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20...?

Captação de recursos e sustentabilidade: parcerias; cooperação internacional; identificação de fontes financiadoras; a instituição e seus projetos: estatuto, missão, títulos e qualificações; noções básicas de negociação; oficina: negociação de projeto social, marco legal do terceiro setor; lei das OSCIP?s; responsabilidade social corporativa; mix de captação: instrumentos e meios para captar recursos; fontes financiadoras e critérios de financiamento; articulação e consolidação de parcerias; prestação de contas.

#### **OBJETIVO GERAL**

Especializar em informações sobre projetos como instrumento de captação de recursos sob o ponto de vista do elaborador e do financiador.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Conhecer captação de recursos para o terceiro setor: aspectos jurídicos; Explicar o desafio da sustentabilidade financeira e suas implicações no papel social das organizações da sociedade civil; Identificar fundações e organismos internacionais governo.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: EMPRESA JUNIOR ACHIEVEMENT PRINCÍPIOS GERAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ETAPAS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA JUNIOR ACHIEVEMENT CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR: ASPECTOS JURÍDICOS ASSOCIAÇÕES E O CÓDIGO CIVIL CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA FUNDAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS GOVERNO RECURSOS HUMANOS VOLUNTÁRIOS O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS OSCS PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE OU AUTO-SUSTENTABILIDADE? ALGUMAS REFLEXÕES FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEIO PARA SUSTENTABILIDADE SUSTENTABILIDADE: DESAFIO DEMOCRÁTICO SUSTENTABILIDADE: ALGUNS AVANÇOS CONCEITUAIS

## REFERÊNCIA BÁSICA

ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33. \_\_\_\_\_\_. Parceiros Relutantes? Governo e Organizações Voluntárias na Grã-Bretanha. Porto Alegre: Mimeo, 1996. ARMANI, Domingos & González, Roberto. Desafios ao Desenvolvimento Institucional na Rede PAD. Porto Alegre: PAD, 2000.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FOWLER, Alan. Striking a Balance – A Guide to Enhancing the Effectiveness of Non- Governmental Organisations in International Development. London: Earthscan, 1997. LANDIM, Leilah .As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil – Ocupações, Despesas e Recursos. Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, The Johns Hopkins University/ISER. Rio de Janeiro: Nau, 1999. VALDERRAMA, Mariano. El Fortalecimiento Institucional y los Acelerados Cambios en las ONG Latinoamericanas. ALOP, CEPES, 1998.

## **PERIÓDICOS**

IÓRIO, Cecília. Mobilização de Recursos – Algumas Idéias para Debate. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p. 53-57.

547	O Serviço Social no Brasil	30

Políticas Sociais; A Saúde e a Assistência Social; Serviço Social nas redes públicas; Saúde no Brasil; Assistência Social no Brasil.

#### **OBJETIVO GERAL**

Conhecer o conceito de seguridade social e sua conformação no Brasil.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Explicar o projeto de reforma tributária no congresso e sua implicação para a seguridade social; Identificar a constituição federal de 1988; Diferenciar serviço social, cultura política e humanização.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA A SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CONSTITUINTO O CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL E SUA CONFORMAÇÃO NO BRASIL A TRAJETÓRIA INCOMPLETA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E INSTITUCIONALIDADE EM VISTA DO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DIREITOS SOCIAIS ASSOCIADOS A DEVERES FISCAIS A DIMENSÃO ECONÔMICA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VINTE ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ANTECEDENTES CONSTITUCIONAIS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS E O SERVIÇO SOCIAL OS ANTECEDENTES A HUMANIZAÇÃO COMO POLÍTICA NACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE SERVIÇO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E HUMANIZAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA COM FAMÍLIAS SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO QUE ATRAVESSA SÉCULOS OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E AS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL O TRABALHO COM FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

GENTILLI, Raquel de Matos L. Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras Ed, 1998. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006. \_\_\_\_\_\_, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

# REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras. A Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Orgs) O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 2001. pg 111-121. BELLINI, Maria Isabel Barros. O serviço social e abordagem com famílias: algumas especificidades. Porto Alegre. PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande d Sul, 1992. \_\_\_\_\_\_, Maria Isabel Barros. Arqueologia da violência familiar. Porto Alegre. PUCRS, 2002. Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Juruá, 2006. CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS, 1999. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1997.

#### **PERIÓDICOS**

CRESS. Coletânea de Leis: Revista ampliada. Porto Alegre: 2005.

Políticas de saúde: origens, processo de elaboração, implementação e gestão do Programa Saúde da Família.

#### **OBJETIVO GERAL**

Avaliação e monitoramento da qualidade na PSF e reforçar o papel da residência como medida privilegiada para a qualificação dos profissionais de saúde na atenção primária.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Estudar e opinar sobre as vantagens e desvantagens do PSF no sistema de saúde brasileiro; Refletir a visão sobre o Programa de Saúde da Família vem mudando com o passar do tempo, desde crítica a seu caráter focalizado até sua consideração como ação afirmativa; Investigar o perfil de utilização destes serviços pelo conjunto da população cadastrada, prevalecendo a opção por inquéritos de usuários de Unidades de Saúde da Família (USF).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ENFOQUE SOBRE SEUS PRESSUPOSTOS BÁSICOS, OPERACIONALIZAÇÃO E VANTAGENS RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PERÍODO QUE ANTECEDEU O PSF OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO PSF AS ESTRATÉGIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSF OS DIFERENTES MODELOS DE IMPLANTAÇÃO DO PSF OS FACILITADORES E DIFICULTADORES DA IMPLANTAÇÃO DO PSF VANTAGENS (E DESVANTAGENS) DO PSF CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DE MAIOR EQUIDADE NA POLÍTICA DE SAÚDE UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM REGIÕES METROPOLITANAS: ABORDAGEM METODOLÓGICA

#### REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica. Proposta de estruturação de atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação para melhoria da qualidade da Estratégia Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviço e tecnologia. Brasília, DF: Unesco; Ministério da Saúde, 2002.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, C. et al. A reforma sanitária brasileira: em busca da equidade. Washington, DC: OPS, 1999. (Tecnical Papers, 17). BRANDÃO, C.R. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo, Cortez, 1995. p.89. BRASIL Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília, COSAC, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997. SISSON, M. C. Avaliação da implantação do Programa de Saúde da Família no Programa Docente-Assistencial de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

#### **PERIÓDICOS**

ALMEIDA, Patty F.; GIOVANELLA, Lígia. Avaliação em Atenção Básica à Saúde no Brasil: mapeamento e análise das pesquisas realizadas e/ou financiadas pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2000 e 2006. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1.727-1.742, 2008.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60
77	Metodologia do Trabalho Científico	60

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

#### **OBJETIVO GERAL**

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

## REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

## **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

279 Métodos e Técnicas de Trabalho com a Família	30
--	----

# **APRESENTAÇÃO**

Análise da estrutura, organização e interação familiar; O relacionamento familiar no mundo contemporâneo e abordagem comunitária; O trabalho com a família e os métodos, instrumentos e técnicas utilizados; Estratégias profissionais de enfrentamento às questões que envolvem o trabalho com famílias na atualidade; Conhecimento e elaboração de projetos de intervenção social para a família, contemplando diretrizes das políticas públicas.

#### **OBJETIVO GERAL**

Discutir a necessidade, a importância, as atribuições e os desafios dos métodos a serem utilizados, visando compreender a atuação na escola, bem como suas contribuições para o desenvolvimento do processo educativo e familiar.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Identificar as condicionantes históricas, econômicas e sociais da constituição familiar e suas modificações na sociedade contemporânea; Conhecer os fundamentos teóricos que embasam as diferentes abordagens do trabalho social com famílias; Sistematizar um conjunto de conhecimentos que possibilitem a análise e intervenção em questões emergentes relacionadas à dinâmica familiar.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FAMÍLIA: SIGNIFICADO, ORIGEM, PAPEL E MODELOS. ORIGEM: UM BREVE HISTÓRICO O PAPEL DA FAMÍLIA FAMILIARES CONDICÃO FAMILIAR DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS E DOS VALORES NA FAMÍLIA CONSTRUINDO FORMAS PARA MELHORAR O RELACIONAMENTO AS DIFICULDADES DA FAMÍLIA EM PRESERVAR AS TRADIÇÕES A REALIDADE DE CADA MODELO DE FAMÍLIA MODELOS DE FAMÍLIAS FAMÍLIA MONOPARENTAL FAMÍLIA MOSAICO OU RECOMPOSTA: LIMITES QUE DEVEM SER IMPOSTOS AOS MEMBROS DA FAMÍLIA FORMA DE APRESENTAR LIMITES / LIMITES COM COERÊNCIA COMO IMPOR LIMITES A POSSIBILIDADE DE UM RELACIONAMENTO SADIO E A MANUTENÇÃO DE LIMITES NA FAMÍLIA A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA EDUCADORA / OS LIMITES CAMINHAM LADO A LADO COM A EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA / 7.3 UM MAIOR ESPACO NA FAMÍLIA PARA O DIÁLOGO É INDISPENSÁVEL A FAMÍLIA E A MODERNIDADE / EVOLUÇÃO PROCESSUAL SEM TRAUMA OS PROBLEMAS NO ESPAÇO ESCOLAR CONFLITO / CONCEITO / VIOLÊNCIA PROPOSTAS QUE PODEM AMENIZAR OS CONFLITOS O PERDÃO OFICINAS E DINÂMICAS ESCOLA DE PAIS A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA MEDIAÇÃO CONCEITO VANTAGENS DA MEDIAÇÃO POR QUE A MEDIAÇÃO NA ESCOLA PROGRAMAS CURRICULARES O QUE É INCLUSÃO SOCIAL O PAPEL DA ESCOLA REGULAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO A INFLUÊNCIA DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL A INFLUÊNCIA DA TERAPIA DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

#### REFERÊNCIA BÁSICA

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. CERVENY, C. M. de O. A Família como modelo: desconstruindo a patologia. São Paulo: Livro Pleno, 2001. HELLER, Agnes. A

família no estado de bem-estar social. São Paulo: PUC, 1992.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FELDMAN, Clara; MIRANDA, M.L. Construindo a relação de ajuda. Minas Gerais: Crescer, 1983. MEDINA, C. A. Família e mudança, o familismo numa sociedade arcaica em transformação. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. MOUSTAKAS, C. E. Descobrindo o eu e o outro. Minas Gerais: Crescer, 1994. PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1981. SOUZA, Anna Maria Nunes. A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

# **PERIÓDICOS**

CONTIGIO, Segismundo. A família como instituição natural. Minas Gerais: Boletim Semanal, 1996.

433	Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde	60
-----	---	----

# **APRESENTAÇÃO**

Analisa a gerência dos serviços de saúde no contexto brasileiro, enfatizando as estratégias administrativas nos diferentes níveis organizativos do sistema de saúde. Aborda teoria das organizações, gestão de pessoas e as práticas gerenciais em saúde. Conceituação e teoria geral do planejamento. Origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil: do método CENDES-OPAS ao enfoque estratégico. As vertentes do enfoque estratégico: a proposta de Mário Testa, o Planejamento Estratégico Situacional e a Proposta de Medellín. Conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas, planos e programas de saúde. Planejamento e programação em saúde no contexto do SUS. Instrumentos de planejamento como ferramenta da gestão municipal.

#### **OBJETIVO GERAL**

Reflexão sobre Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde no Brasil.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Estudar a teoria geral do planejamento bem como a origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil; Explicar os conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas públicas e programas de saúde; Entender o funcionamento do sistema de planejamento do SUS.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITUAÇÃO E TEORIA GERAL DO PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO EM SAÚDE ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO MÉTODO CENDES-OPAS AO ENFOQUE ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO E GERÊNCIA: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA AS VERTENTES DO ENFOQUE ESTRATÉGICO: A PROPOSTA DE MÁRIO TESTA, O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E A PROPOSTA DE MEDELLÍN AS ORIGENS E AS CORRENTES ATUAIS DO ENFOQUE ESTRATÉGICO EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA CONCEITOS BÁSICOS E OS SEUS USOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DE SAÚDE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS – UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS UNIDADE VI - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO MUNICIPAL SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS

# REFERÊNCIA BÁSICA

BORBA, V. Municipalização da saúde: roteiro básico e plano diretor. São Paulo: Cedas. 1993. KOONTZ, H. O'DONNELL, C, WEIHRICH, H. Administração: Organização Planejamento E Controle. 14 Ed. São Paulo; Pioneira 1987. OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias E Práticas. São Paulo: Atlas, 1989.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Oficina de Monitoramento e Avaliação com foco na Melhoria do Programa. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância de Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980. CHIAVENATO, I. Administração - Teoria, Processo e Prática, 1ª ed., São Paulo, Ed. McGraw-Hill,1985. MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA,1993. 2 v. \_\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Saúde. Alguns aportes para sua elaboração. [S.I. s.n.], 2004. Mimeografado. MINTZBERG, H.; AHSLTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p. NEMES FILHO, Alexandre. A unidade básica e o sistema de saúde. In: SCHRAIBER, Lilia Blima et al. (Org.). Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 276-286. TANCREDI, Francisco Bernardini et al. Planejamento em saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & cidadania, 2).

#### **PERIÓDICOS**

CIAMPONE, Maria Helena Trench et al. Planejamento na prática da Enfermagem em um hospital de ensino. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 273-80, out. 1998.

440	Farmácia Popular	30

# **APRESENTAÇÃO**

O que é uma Farmácia básica, os requisitos para adquirir financiamento para implantar, os medicamentos disponíveis, CTF. Gestão da Farmácia Básica e Popular. Legislação.

#### **OBJETIVO GERAL**

• Compreender as percepções sobre o sistema único de saúde e de assistência farmacêutica do SUS.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Reconhecer a importância da ampliação o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais; • Estudar a PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09 • Conhecer a legislação de referente ao programa de farmácia popular no Brasil.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS O PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL NO CONTEXTO GERAL LEGISLAÇÃO PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09

## REFERÊNCIA BÁSICA

Associação Paulista de Medicina. SUS: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico / Ministério da Saúde, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. FERREIRA, A.O. Guia Prático de Farmácia Magistral. 2.ed., São Paulo: Pharmabooks, 2002. WEICHERT, Marlon Alberto. Saúde e Federação na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

# REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARRETO, J.L. Análise da gestão descentralizada da assistência farmacêutica: um estudo em municípios baianos. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007. BARROS, J.A.C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses de saúde? Brasília: Unesco, 2004. PERINI, E. Assistência farmacêutica: fundamentos teóricos e conceituais. In: ACÚRCIO, F.A. (Org.). Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED, 2003. PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. PONTES, A.L.M. et al. Ensino da saúde e a rede de cuidados nas experiências de ensino-aprendizagem. In:

PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. p.251-74. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 28. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

# **PERIÓDICOS**

VIEIRA, F.S. Qualificação dos serviços farmacêuticos no Brasil: aspectos inconclusos da agenda do Sistema Único de Saúde. Rev. Panam. Saúde Pública, v.24, n.2, p.91-100, 2008.

434 Políticas e Programas de Saúde da Família	60
---	----

# **APRESENTAÇÃO**

História das Políticas de Saúde no Brasil; Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Promoção de Saúde; Educação em Saúde. Políticas públicas no campo da saúde coletiva. Debate da contextualização histórica, política e social do sistema de saúde no Brasil. Avanços e desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) na promoção da saúde. Apreciação das práticas políticas, institucionais e técnicas na viabilização do modelo de atenção à saúde.

# **OBJETIVO GERAL**

Compreender aspectos relacionados à evolução das políticas públicas de saúde no Brasil fazendo um paralelo com o novo programa hoje vigente no país o Programa Saúde da Família- PSF.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Compreender como se deu a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil ao longo dos anos; Refletir sobre o surgimento do Programa Saúde da Família; Conhecer a percepção de gestores, profissionais de saúde e usuários a respeito do Programa Saúde da Família.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

POLÍTICAS DE SAÚDE HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA PEQUENA REVISÃO PROGRAMAS SAÚDE DA FAMÍLIA PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA SEGUNDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE, GESTORES E USUÁRIOS

## REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS GWS. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: Merhy EE, Onoko R, organizadores. Agir em saúde: um desfio para o público. São Paulo: ucitec; 1997. p.229-66. LUZ M. Medicina e ordem política brasileira. Rio de Janeiro: Graal; 1982. Donnangelo MCF. O desenvolvimento do sistema previdenciário. São Paulo: Pioneira; 1975. CORDEIRO H. O PSF como estratégia de mudança do modelo assistencial do SUS. Cad. Saúde Família. 1996 janeiro-junho; 1:10-5. LEVCOVITZ E, Garrido NG. Saúde da Família: a procura de um modelo anunciado. Cad. Saúde Família, 1996 janeiro-junho; 1:3-8.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBUQUEQUER, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 728 p. COSTA, Nilson Rosário. Políticas públicas: justiça distributiva e inovação. São Paulo: Hucitec, 1998. 178 COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. Saúde da Família: Uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio, 2002. MENDES, Eugenio Vilaça. Uma agenda para a saúde. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 300p. IYDA, Massako. Cem anos de saúde pública: a cidadania negada. São Paulo: Ed. Unesp. 1994. 147p.

## **PERIÓDICOS**

LUZ M. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "Transição Democrática" - Anos 80. Saúde em Debate 1991; 32(3):27-3. Ministério da Saúde (BR). Assessoria de comunicação social, ABC do SUS/MS. 2a ed. Brasília (DF): MS;

20 Trabalho de Conclusão de Curso 30

# **APRESENTAÇÃO**

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

#### **OBJETIVO GERAL**

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

# REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

#### **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0

(sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

# SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

30A FROFISSAO NO MERCADO DE TRA	30A FROFISSAO NO MERCADO DE TRABALHO				
Profissionais graduados em Serviço Social e nas demais áreas do especializar-se na área do Trabalho Social com Família e Comunidades.	conhecimento,	interessados	em		